

EXPEDIENTE

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Revista de Desenvolvimento Econômico é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS.

Universidade Salvador – UNIFACS
Laureate International Universities

Presidente

Marcelo Henrik

Chanceler

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Reitora

Márcia Pereira Fernandes de Barros

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão Comunitária

Carolina de Andrade Spinola

Coordenadora Geral da Pós-graduação Lato Sensu

Maria de Fátima Santana Maia

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDURU

Laumar Neves de Souza

Coordenadora do Centro Cultural e Editora – UNIFACS

Gismália Marcelino Mendonça

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alcides Caldas

Profª Dra. Bárbara-Christine Nentwig Silva

Profª Dra. Debora Cordeiro Braga

Prof. Dr. Benny Kramer Costa

Prof. Dr. José Manoel G. Gândara

Prof. Dr. Luiz Gonzaga G. Trigo

Prof. Dr. Fernando C. Pedrão

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Prof. Dr. Pedro Vasconcelos

Profª Dra. Regina Celeste de Almeida Souza

Profª Dra. Rosélia Piquet

Prof. Dr. Rossine Cruz

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Prof. Dr. Tomás Albuquerque Lapa

Profª Vera Lúcia Nascimento Brito

Prof. Victor Gradin

Editor Redator Chefe

Prof. Dr. Noelio D. Spinola

Secretaria da Redação

Prof. MSc. Josias Alves – Secretário

Eco. Priscila Soares – Assistente

Editoração Eletrônica

Nexodoc Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA.

Capa e Editoração Gráfica

Genivaldo Oliveira

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. É vedada a reprodução integral de artigos sem a formal autorização da redação.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua José Peroba nº 251, 7º andar, sala 702 - STIEP

Salvador – Bahia, CEP 41770235 - Tel: 3273 8528

E-MAIL: rde@unifacs.br – spinolanoelio@gmail.com

EDITORIAL

Temos a satisfação de apresentar o nº 31 da Revista de Desenvolvimento Econômico, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador. Circula com 17 artigos, sendo 16 procedentes de autores de outros estados e universidades do País. Especificamente sete são originários da região Sul; cinco da região Sudeste e cinco do Nordeste. Entre os nordestinos apenas um da Bahia. A partir deste indicador julgamos oportuno neste espaço levantar uma questão sobre o critério da *endogenia* estabelecido pela métrica que, a cada dia, mais se impõe na avaliação funcionalista do desempenho acadêmico, reduzindo a produção dos saberes a números e coeficientes. Com a *endogenia* depreciam-se revistas que publiquem artigos da chamada “prata da casa”. Uma pressuposição injusta de que os editores, os conselhos editoriais e os consultores *ad hoc* que recebem os textos sem a identificação das fontes, sejam parciais em suas avaliações, favorecendo aos autores locais. Será que vale o dito popular ao afirmar que “o bom julgador por si julga os outros”? O fato constatado é o de que existe um preconceito que discrimina as regiões do País (o Norte e Nordeste como exemplos) e as instituições de ensino particulares, em que pese elas serem responsáveis por 87% do total de IES no país e 74% da oferta de vagas no ensino superior, em 2013 segundo o INEP, e muitas delas trabalharão com alto padrão de qualidade. Como não existe reciprocidade, ou ela não se aplica a todas as revistas, acaba-se trabalhando para as outras instituições em detrimento próprio. Esta observação que sugere uma reflexão mais profunda e sistêmica dos comitês de avaliação de periódicos da Capes, não nos impede de registrar com satisfação o recebimento de artigos, de várias partes do Brasil, objetivando publicação neste número.

Como de praxe, faremos uma breve apresentação do conteúdo da revista que cobre diversas áreas do conhecimento contempladas pela nossa linha editorial que não trabalha com pauta fixa em um determinado tema. Acreditamos que a sua variedade enriquece a edição. Assim o **primeiro texto** trata da *avaliação da qualidade do emprego na agropecuária brasileira*, elaborado por professores da URCA, Ceará. Segundo seus autores, os setores rurais vêm passando por intensas modificações em seus cenários. A agropecuária brasileira, devido ao aumento de suas exportações e o crescimento da produção para o mercado interno, tem contribuído para o aumento da geração de empregos. Contudo, devido às modificações tecnológicas e o avanço da urbanização ocorreu uma mudança na dinâmica de trabalho deste setor, modificando suas relações internas de produção. Analisando a qualidade do emprego na agropecuária brasileira dos anos de 1990 a 2010 concluiu-se por um avanço na escolaridade, contração salarial e padrões elevados de rotatividade, indicando substituição da mão-de-obra no setor, por uma de maior qualidade. O **segundo texto**, elaborado por professores da pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, analisa a *dinâmica de desenvolvimento em Lages e Joinville – Santa Catarina a partir de uma visão institucionalista Neoschumpeteriana*. Ao comparar os dois municípios os autores concluem que atualmente estão em estágios distantes, onde Joinville vive num alto estágio de inovação e desenvolvimento e Lages colhe os frutos dos anos de estagna-



Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDURU



ção e tem dificuldade para engendrar um desenvolvimento mais virtuoso. O **terceiro texto** indaga se a *presença da China na África* (é uma) *maldição ou bênção*? O autor, que é professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC, afirma que “vários governantes africanos veem esse relacionamento como uma fonte de oportunidades de saída da crise que atormentava suas economias nas últimas décadas. Sem dúvidas, a China colabora para o desenvolvimento econômico desses países, através de obras de infraestrutura, ajuda financeira, investimentos e perdão de dívidas. Entretanto, não são poucas as críticas dos países ocidentais a esse estreitamento das relações: os impactos das manufaturas chinesas na indústria local africana, o grande número de trabalhadores da China trabalhando nos projetos nos países africanos, os impactos da especialização desses países na exportação de commodities e a não interferência nos seus assuntos internos, por exemplo.” De um extremo para outro o **quarto texto** remete-nos ao Ceará onde pesquisadores da Faculdade de Tecnologia do Nordeste e do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará, apresentam um *perfil social e análise econômica da atividade renda de bilro em uma comunidade rural cearense*. Os pesquisadores concluíram que o desempenhar do artesanato renda de bilro na comunidade estudada mantém as características de sua origem, possível de constatar pela ausência de novas tecnologias capazes de contribuir para o desenvolvimento de novos produtos e técnicas. No cenário atual, em que se acreditava ser esta uma cultura praticamente extinta, ressurgem no mercado as peças de renda de bilro produzidas, em sua essência e tradição, pelo envolvimento de mulheres da comunidade, que distribuem em seu tempo diário atividades produtivas e reprodutivas, e as confeccionam de forma lenta e delicada, no sentido de preservar e perpetuar a cultura local do saber-fazer renda de bilro e prover meios que possam contribuir, mesmo que timidamente, para a renda familiar. Por seu turno o **quinto texto** trata do *financiamento do investimento público no sistema de drenagem urbana de águas pluviais no Brasil* uma preocupação de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Hidráulicas e do Programa de Planejamento Urbano e Ambiental da UFRGS. Segundo os autores, referindo-se especificamente à cidade de Porto Alegre como estudo de caso, “a incumbência de evitar as inundações nas cidades exige um fluxo de receitas para financiar o sistema de drenagem pluvial”. Porém “a recuperação total ou parcial do investimento em obras públicas, à luz das peculiaridades do sistema tributário brasileiro em vigor, implica em que a taxa de drenagem somente pode financiar serviços de operação e manutenção do sistema”. Assim sendo recomendam que “para o investimento deve-se utilizar a contribuição de melhoria, que passa a ser obrigatória quando resulte valorização imobiliária.” O tema é amplamente discutido ao longo da exposição. O **sexto texto** trata do *capital social, desenvolvimento e planejamento regional* examinando a participação da sociedade civil na região do Coredes-Fronteira Oeste. Procede de um grupo de pesquisadores de universidades gaúchas e assume uma posição crítica em relação à prática do planejamento atual. Eles concluem que as análises não deixam muitas dúvidas que a falta da ampla participação da sociedade civil, da participação popular, pode ter sido um dos elementos que causou desconexão do que está no plano com aquilo que foi votado e orçado, nenhum dos projetos que foram votados está no plano. A população da região não possui os incentivos para criar capital social do modo *bridging*, não possui incentivos para criar uma identidade regional, não há normas e redes que facilitem um trabalho coletivo. “Quando um plano para região é feito espera-se que este plano possa exprimir ampla participação popular. Infelizmente percebe-se que isto não foi alcançado”. Esta crítica poderia se estender às demais regiões do país, notadamente no Nordeste onde o planejamento acaba sendo uma simples declaração de intenções e realizado muitas vezes por profissionais inescrupulosos e prefeitos aéticos interessados apenas em cumprir formalidades burocráticas para a obtenção de recursos nas esferas federal e estadual. Coincidentemente no **sétimo texto** aparece-nos um pesquisador do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) escrevendo sobre *As dissonâncias entre planos diretores municipais e planejamento territorial. A desarticulação entre escalas de planejamento e seus reflexos nos indicadores de infraestrutura urbana nos municípios paulistas*. Neste trabalho, referindo-se ao estado de São Paulo, na capitânia deste País, ele afirma: “é preciso notar que cerca de 40% do Estado de São Paulo ainda não é regulamentado por Planos Diretores – ou seja, quase metade do território estadual – mesmo com todos os avanços. Do ponto de vista regional, parece ser esse um tema a ser problematizado dada suas repercussões no desenvolvimento regional intra Estado.” O **oitavo texto** procede de pesquisador da ESALC/USP e trata dos *impactos da abertura comercial no padrão de comércio e na desigualdade de rendimentos*. Fazendo uma revisita aos modelos teóricos e a literatura empírica afirma o autor que “foram visualizados os modelos teóricos de: Heckscher-Ohlin; Stolper-Samuelson e a desagregação regional de Venables e Limão (2002) (denominado de Heckscher-Ohlin-von Thunen). Em relação aos trabalhos empíricos, foram constatados resultados contraditórios ao longo da literatura, o que demonstra a importância do contínuo estudo acerca do tema e suas particularidades”. No **nono texto**, procedente do PPGA/Unifacs é examinada a *lei de responsabilidade fiscal e a gestão financeira no Município de Alagoinhas* (BA.) no período de 2001 a 2010. O **décimo texto** foi produzido por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação da Univer-

sidade Federal de Sergipe e analisa os indicadores do PIB nacional e do PIB da indústria da construção civil no período compreendido entre 1994 e 2012. O **décimo primeiro texto** foi produzido por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa que analisam a *governança estrutural e processual no arranjo produtivo local de software de Belo Horizonte - Minas Gerais*. Os autores afirmam que “a contribuição teórica do artigo está em proporcionar um entendimento mais detalhado do conceito de governança em APL, propondo o entendimento deste conceito de forma bidimensional. A dimensão estrutural envolve os atores presentes no APL com suas atividades que configuram o sistema enquanto a dimensão processual caracteriza-se pelas relações que acontecem entre estes atores, as formas de cooperação e os modos de coordenação das ações de cada ator. Assim é possível afirmar que o artigo avança em relação a outros estudos, que abordavam apenas um dos dois elementos ou, quando apresentavam um conjunto de elementos, não faziam distinção entre as diferentes dimensões”. A conferir. O **décimo segundo texto** traz outra contribuição de pesquisadores sergipanos que apresentam suas conclusões quanto ao *impacto na geração de emprego nos municípios do estado de Sergipe decorrente do fator crédito* no período de 2009 – 2012. Eles utilizaram o “método de pesquisa quantitativo denominado análise de dados em painel com as variáveis operações de crédito: valor adicionado (agropecuária, indústria, serviços), população economicamente ativa, salário médio e emprego formal a fim de explicar o possível desenvolvimento gerado pelas micro e pequenas empresas sergipanas, ao obter crédito para financiar a produção no período de 2009 a 2012, bem como identificar o impacto dessas operações no nível de emprego dos municípios sergipanos”. E, para espanto dos schumpeterianos, informam que “os resultados obtidos, considerando as variáveis aplicadas demonstram que o crédito não tem impacto na geração de emprego”. O **décimo terceiro texto** apresenta *uma análise sobre a estratégia comercial da Associação de Agricultores do Centro de Abastecimento de Votorantim- SP*. Realizado por pesquisador do Programa de Pós Graduação em Processos Tecnológicos e Ambientais da UNISO e com apoio da FAPESP, o estudo conclui que “a pesquisa apontou que assim como em outras situações descritas pela literatura, a falta de profissionalização do corpo técnico e administrativo da associação tem sido um dos principais entraves para o desenvolvimento dos negócios da entidade”. Atribuindo à “dependência de um poder público paternalista, presente em vários momentos da história da agricultura familiar no Brasil” que pode, “talvez, explicar a falta de iniciativa que acomete grande parte desse importante setor da economia brasileira”. O **décimo quarto texto** procede de pesquisador do Mestrado em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina e faz uma breve revisão das principais teorias do desenvolvimento com o tema *desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado*. No **décimo quinto texto** a *contribuição de Polanyi na compreensão do processo de mercantilização da sociedade rural* é examinado por um grupo de pesquisadores do Paraná que na conclusão do trabalho afirmam: “que a mercantilização se faz presente em todas as instâncias da vida e, a despeito que o neoliberalismo em tempos recentes tenha levado a se assimilar todos os mercados ao mercado do intercâmbio capitalista, ainda assim a contribuição da obra de Polanyi pode auxiliar a explicar porque relações pautadas especialmente na reciprocidade permanecem no mundo rural. O uso de Streeck (Wolfgang) para contemporizar Polanyi permitiu atualizar sua interpretação, pois a despeito do que este antecipou, acerca dos riscos de uma sociedade dependente dos mercados, Streeck reafirma a possibilidade de colapso do sistema capitalista à medida que aprofunda o processo de mercantilização do trabalho, da natureza e do dinheiro. Desta forma, se evidenciou que o aporte teórico de Polanyi, para o entendimento da mercantilização contemporizada a partir das lentes de Streeck, é uma maneira de contribuir para o entendimento das regiões rurais brasileiras e para o desenvolvimento rural.” O **décimo sexto texto** é uma contribuição de pesquisadores do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa analisa a *descentralização e desenvolvimento da indústria brasileira nos anos de 1985 e 2011*. O estudo conclui que: “a indústria brasileira evoluiu muito nos últimos anos. E junto com essa evolução, ela se descentralizou, beneficiando, em níveis diferenciados, a todos os estados, interiorizando-a. Esse avanço quanto à distribuição espacial atingiu praticamente todos os setores da indústria, desde os mais intensivos em tecnologia como também os menos. E ao mesmo tempo em que diminuiu a concentração, ela também se desenvolveu. A percepção da diminuição da concentração industrial em conjunto com o seu desenvolvimento implica no aumento da competitividade para todo o país, não necessariamente ficando limitado ao Sudeste, especialmente São Paulo. Isso dá oportunidades para que as demais regiões/estados do país tenham um crescimento econômico mais intenso, proporcionado pelo avanço industrial.” O **último texto** desta longa edição, o que é permitido pelas vantagens do processo digital, trata do *passado e futuro do desenvolvimento industrial capixaba*, fazendo uma *análise do papel dos polos empresariais*. Produzido por um pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A exemplo do que ocorreu no vizinho estado da Bahia ele conclui dizendo que: “apesar das grandes transformações, a economia capixaba ainda possui uma fragilidade estrutural determinada por sua restrita diversificação produtiva, basicamente sustentada na produção de bens básicos e intermediários, em sua maioria com-

modities. Em termos locacionais, apresenta uma elevada concentração territorial na Região Metropolitana da Grande Vitória. Além disso, as pequenas e médias empresas ainda apresentam níveis restritos de competitividade, fazendo com que parte significativa do dinamismo econômico dependa do desempenho de poucas e grandes empresas.”. E a história se repete.

Com isto fechamos a edição desejando a todos uma proveitosa leitura.

Noelio Dantaslé Spinola
Editor Redator Chefe